

**GABRIEL FERNANDES ALEIXO E D. HELENA
MARIA DE MORAIS GODINHO: O CONCEITO DE
FAMÍLIA**
GABRIEL FERNANDES ALEIXO AND D. HELENA
MARIA DE MORAIS GODINHO: THE CONCEPT OF
FAMILY

NARA MARIA DE PAULA TINOCO*

Resumo: Conforme o nosso trabalho de análise, continuado a partir do período de pós-graduação, percebemos que devíamos dissertar de forma pormenorizada sobre os conceitos e as instituições pelas quais os biografados em questão, Gabriel Fernandes Aleixo e D. Helena Maria de Moraes Godinho, trafegaram enquanto vivos. Neste caso, o casal, ambos reinóis, vieram a se fixar nas primeiras décadas do século XVIII em Minas Gerais. Deste acontecimento, nasce uma família que iria se ramificar em mais dois ramos e três gerações, conforme as biografias de seus netos. Segundo o esforço de pesquisa desempenhando neste período de estudo, convenciamos chamar pela dita terceira geração, sendo o casal, objeto deste artigo, a primeira geração do mapeamento genealógico efetuado. O presente trabalho tem como objetivo apresentar mais detalhadamente as trajetórias destes indivíduos a partir do conceito de família, assunto este que se tornou fundamental para compreendermos as estratégias e as ações praticadas por este grupo parental.

Palavras-chaves: Família; Minas Gerais; Século XVIII; Trajetórias.

Abstract: according to our analysis work, continued from the postgraduate period, we realized that we should discuss in detail and/or briefly about the concepts and institutions, for which, the biographies, in question: Gabriel Fernandes Aleixo and D. Helena Maria de Moraes Godinho, traveled while alive. In this case, the couple, both from Portugal, came to settle in Minas Gerais in the first decades of the 18th century. From this event, a family was born that would branch into two more branches and three generations according to the biographies of their grandchildren, according to the research effort carried out in this period of study, we agreed to call for the said third generation, being - the couple, ob- object of this article, the first generation of genealogical mapping, carried out. The present work aims to present in more detail the trajectories of these individuals from the concept of family, a subject that has become fundamental for us to understand the strategies and actions practiced by this parental group.

Keywords: Family; Minas Gerais; 18th century; Trajectories.

* Licenciada e bacharel em História (UFJF). Mestre em História (UFRRJ). Doutora em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CAPES/DS. E-mail: naratinoco3@gmail.com.

Introdução

Gabriel Fernandes Aleixo, natural de Vilarouco, era filho de Manuel Fernandes Aleixo e Catarina Vaz, ambos reinóis e de condição mecânica. Provavelmente devem ter enviado seu filho para os caminhos da América Lusa no princípio da primeira metade do século XVIII. Acreditamos que Gabriel Aleixo tenha nascido por volta das últimas décadas do século XVII, mas não temos uma data ou informação mais detalhada nos documentos pessoais que remetem a sua pessoa. Sua esposa, D. Helena Maria de Moraes Godinho, se lançou ao empreendimento migratório do reino para o ultramar, se fixando, primeiramente, na Capitania de São Paulo e, depois, Minas Gerais. Uma empreitada diferenciada, já que alguns dos nossos referenciais teóricos indicam outros padrões gerais de imigração e circulação constituída por uma leva de homens jovens – sempre com o objetivo de prosperar¹. Gabriel Aleixo poderia ter se mudado e deixado sua esposa, em Portugal.

No caso de Gabriel Fernandes Aleixo e D. Helena de Moraes Godinho, iremos descrever suas vidas com base no conceito de família – de forma direta ou indiretamente será a todo momento citado em nosso trabalho. Nossos objetivos sempre estiveram ligados à história da magistratura, com o intuito de analisar os seus perfis e os processos inerentes à função de justiça – formação, ingresso na magistratura e os processos que envolviam o acesso destes a posição de desembargador, em algum dos tribunais alocados no reino e no império. Percebemos que para compor e levantar tais análises era imprescindível que tivéssemos ciência dos antecedentes familiares dos primeiros indivíduos que nos propusemos analisar, neste caso, um dos netos de Gabriel Aleixo, Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho (1758-1813). Após as primeiras análises, percebemos que a família e o investimento familiar foram imprescindíveis para que ele ocupasse os locais que ostentou em vida e o apoio que recebeu de seus familiares mais próximos no reino. Portanto, se tornou fundamental que apresentemos o casal e o conceito de Família. Na família repousava uma parte das respostas, e percebemos que deveríamos começar por suas raízes familiares, primeira célula social de integração com o meio e o território, o que possibilitou a fixação nos espaços conquistados pelos portugueses. Entender os motivos que cercaram a sua escalada profissional, social, a busca por nobilitações, e o destaque na sociedade de que eram contemporâneos.

¹ Cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Nomes e Números**: alternativas metodológicas para história econômica e social. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

As gerações foram classificadas de forma simples, por um critério biológico e social. Portanto, nos concentramos nos nascimentos e casamentos, que são os eventos que fundamentam a criação de um grupo parental e permitem o seu enraizamento/crescimento. As gerações se referem, respectivamente, aos avós (1ª geração), pais (2ª geração) e seus filhos (3ª geração), e todas as gerações conviveram simultaneamente ao longo do século XVIII. Poderíamos estender o mapeamento genealógico a uma 4ª ou 5ª geração, mas não o fizemos por focarmos nas trajetórias dos magistrados e sujeitos que alcançaram posições de relevo no século XVIII e no início do XIX, quando estes faleceram e deram lugar às novas lideranças da família que se instalaram a comandar – no novo período que se descortinava – a sociedade mineira, especialmente a partir das atividades agropecuárias e cafeeiras.

Nossas fontes, após o primeiro levantamento que desencadeou o processo de mestrado e, depois, do doutorado, foram se acumulando em uma extensa massa documental que no final do processo se constituiu por documentos que estavam sob a guarda de nove Instituições arquivísticas, existentes no Brasil e em Portugal². Utilizar o método onomástico e o de redes, junto à abordagem de uma trajetória individual, propiciou uma significativa variedade nos relatos que levantamos. Quanto mais mapeamos, percebíamos que este grupo parental conseguiu se articular por todas as esferas sociais do período, do local (MG), passando pelo intermediário (RJ/BA), até o central (reino) e continental, com passagens pela Ásia e África. Um dos indivíduos da família, alocado na terceira geração, é enfático a dizer que circulou pelos “quatro” cantos do Império português e escreveu um tratado matemático³.

Dos manuscritos às fontes secundárias, o uso constante dos dicionários se tornou uma ferramenta útil, pois sentimos uma necessidade em teorizar e promover um juízo de valor ante os termos e palavras que constantemente usávamos e não tínhamos a dimensão do seu poder e da sua importância para a nossa pesquisa. Esta digressão é importante ao trabalho que apresentamos, neste momento, para que se entenda os motivos que cercam a escolha da pesquisa e à compreensão da palavra e do conceito de família. Portanto, após julgarmos a importância destas constatações passamos a perceber que não deveríamos nos ater, apenas, aos fenômenos que compreendem a magistratura, que é, em nossa pesquisa, o objetivo original, ou o aspecto

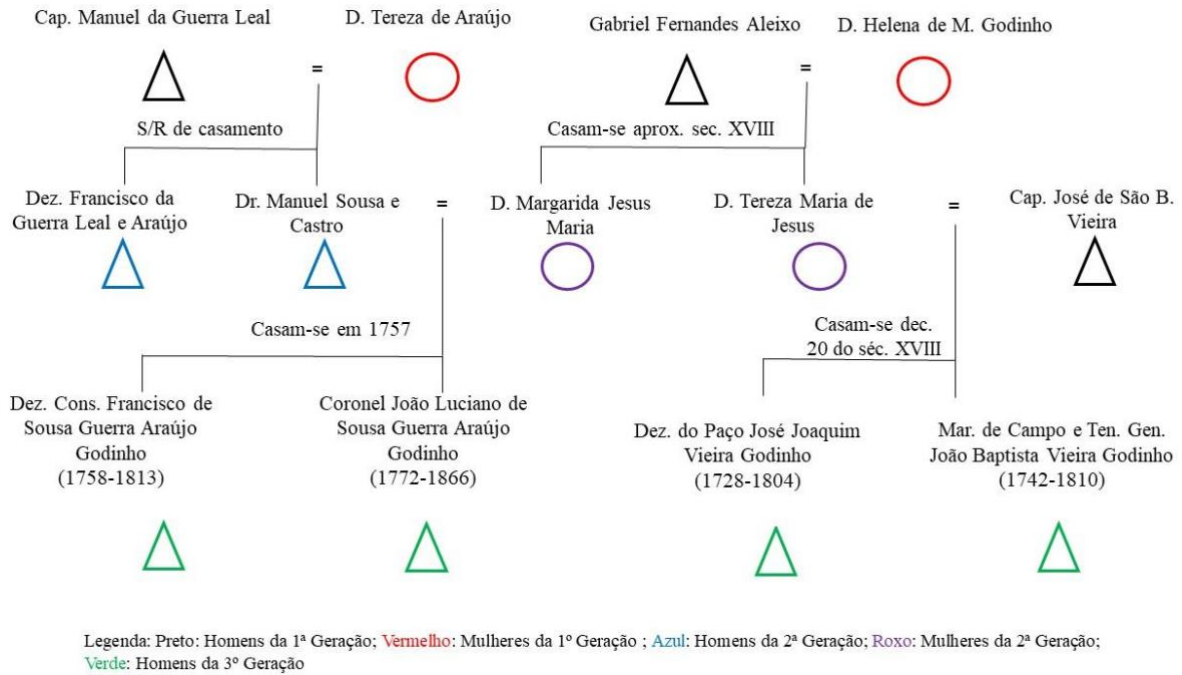
² Casa Setecentista de Mariana (ACSM); Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU); Arquivo Histórico Militar de Portugal (AHMP); Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ); Arquivo Público Mineiro (APM); Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT); Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC); Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN/BNRJ/BNDigital); Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

³ Cf. MOTA, Filomena Ferreira Teodósio. **João Baptista Vieira Godinho (1742-1811)**: governador e militar. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2005.

“vertical” do trabalho. Agora, passamos a analisar o termo família, o aspecto “horizontal” nas suas dimensões conceituais e sociais.

A pesquisa, no seu aspecto genealógico, se materializou na seguinte imagem que demonstraremos a seguir:

Gráfico 1 – Árvore genealógica de Gabriel Fernandes Aleixo e D. Helena Godinho



A Gabriel Fernandes Aleixo e D. Helena Maria de Moraes Godinho

Como já foi dito, apesar de não termos acesso a documentos que confirmem nossa informação, acreditamos que Gabriel Aleixo tenha nascido por volta das últimas décadas do século XVII⁴. Moraes e Silva (1755-1824), aponta para um dos significados no verbete da palavra mecânico, no sentido de “não nobre”, e demonstra a oposição de dois conceitos: o de Arte mecânica e Arte liberal, tendo a mecânica como exemplo os carpinteiros, manufactureiros, livreiros e quaisquer pessoas que não tenham aprendido algum tipo de ofício dentro dos muros

⁴ ALEIXO, Gabriel Fernandes. ANNT. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra G, mc. 4, doc. 6.

da universidade⁵. Uma questão válida de se citar é que, além de seus pais, Gabriel Aleixo exerceu as funções de carpinteiro quando chegou no território luso-americano, na capitania de São Paulo. Por isso citamos a descrição do verbete para indicar que sua origem é humilde e sem nenhum traço de nobreza. Ele prosperou a partir das suas aptidões físicas e por ter decidido se mudar para a recém-criada capitania mineira.

O primeiro relato de sua vinda, tanto para a capitania de São Paulo quanto para a de Minas Gerais, foi feito por um de seus filhos – a princípio, seu único filho. Este, Cristóvão Pinto Maciel, no ano de 1728 solicitou para si o Hábito da Ordem de Cristo, uma das principais honrarias da monarquia. Ou seja, seus membros se tornavam nobres pela dignidade de participarem de tal Ordem⁶. Seu pai, o capitão das Ordenanças Gabriel Fernandes Aleixo, iniciou no mesmo ano o processo para ingressar na Ordem⁷, e a fonte nos presta a indicar que tanto seus pais como o mesmo suplicante eram de menor qualidade, pois eram carpinteiros. Em suma, existiam dois motivos que podiam incorrer em uma negativa para se professar cavaleiro e tomar o hábito da Ordem: o sangue infecto e ser mecânico. O sangue impuro (mouros, escravos, judeus) era mais relevante na decisão final das inquirições do que o ofício mecânico. O caso de Gabriel Aleixo⁸ era agravado por outra questão, isto é, além da origem humilde dos pais, era constatado que ele tinha exercido a atividade na capitania de São Paulo e na Vila de Santos, e que viver de suas fazendas⁹, talvez, não fosse suficiente para angariar tal mercê.

⁵ SILVA, Antônio de Moraes, 1755-1824; BLUTEAU, Rafael, 1638-1734. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antônio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro.** (Volume 2:L-Z). Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 66.

⁶ Pinto Maciel não é referenciado no organograma que construímos na introdução do nosso trabalho, pois não conseguimos obter mais informações de sua pessoa ou de sua prole. Outro motivo para isto é que seu sobrenome mudou e não se atribuiu à partícula Aleixo ou Godinho. Como não analisamos o inventário de seu pai, Gabriel Aleixo, não levantamos outras trajetórias ou filhos que ele possuísse, que não fossem as irmãs D. Tereza e D. Margarida de Jesus Maria, em razão dos seus casamentos e das atividades de justiças que foram efetuadas por seus filhos. E para ver mais detalhes sobre os processos de obtenção de Hábitos e Comendas na Ordem de Cristo, ver os trabalhos de Fernanda Olival. Cf. MACIEL, Cristóvão Pinto. ANNT. **Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas**, doc. 1162. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2345187>. Acesso em: 24. abr. 2020; OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar, 2001.

⁷ Graça honorífica que visava a premiação aos vassallos mercedores de pagamento pelos seus feitos militares ou de grande renome ao governo, ou que fossem julgados mercedores de tal mercê. Criada no período medieval, sob chancela do Papa, era uma das principais vias de acesso à nobreza, caso a pessoa tivesse todo um conjunto de características para tal, ou seja, vivesse a “lei da nobreza”, e os critérios mais impeditivos eram os de sangue e a mecanicidade. A pesquisadora que analisa bastante o cerne da questão é: OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar, 2001.

⁸ ALEIXO, Gabriel Fernandes. ANNT. **Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo**, Letra G, mc. 4, doc. 6; ALEIXO, G. F. AHU. Avulsos de Minas Gerais. 1757. Cx. 71, D. 78.

⁹ A palavra aqui tem a função de sinônimo para riqueza ou bens, que eram passíveis de comercio, podia-se viver da terra, um dos acessos ao status de elite e de uma vindoura nobreza, visto que, o viver a lei da nobreza significava ter ações e atitudes que os ligava/aproximava a esta parcela da sociedade. Utilizamos o, Dicionário de História Colonial, mas há incontáveis trabalhos e exemplos na historiografia. Cf. VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

Portanto, quando Fernandes Aleixo veio para a conquista americana, não viveu de imediato das rendas oriundas de suas fazendas, e sim, da carpintaria, antes de prosseguir para as Minas¹⁰.

O assunto concernente ao chamado enobrecimento¹¹, oriundo da atividade mineradora e dos mercados anexos ao gênero metálico, também já é conhecido e destacado pela historiografia brasileira e moderna portuguesa. Entretanto, no Antigo Regime, o tema do enriquecimento material era sensível a questões religiosas e morais, acabando, assim, naquele período, sendo mais “útil” a si o prestígio social do que o pecuniário. Para alcançarem um maior reconhecimento, ao mesmo tempo da sociedade local e da Coroa, das esferas inferiores às superiores, os indivíduos deste tempo viam no ingresso a uma Ordem ou Instituição, bem como no recebimento de mercês, um meio para ascender de forma mais eficaz. Exemplo disto, a criação das Misericórdias e Câmaras, instituídas como meios de se exercer a filantropia, e, por outro lado, uma forma representativa de governo e dele fazer parte de algo maior, como parte integrante do Império português.

As Ordens, militares e religiosas, também entram neste grupo de trabalhos, atividades e/ou funções meritórias que, em retribuição aos seus serviços, aos egressos destas instituições, recebiam uma retribuição por seus esforços sob a forma de mercês, graças ou hábitos, que ostentariam tais prêmios como símbolo de destaque e renome. Por este motivo, muitos dos mineiros e outros indivíduos radicados nas conquistas americanas, africanas ou asiáticas, as tinham como um meio para suas ambições particulares e pretensões sociais. Com o passar dos séculos, o aumento expressivo dos pedidos de mercês, hábitos e graças, fizeram com que o governo tivesse que criar uma série de dispositivos para gestar a entrega destes “prêmios”, os critérios para selecionar e julgar se tais indivíduos eram aptos para ostentar tais insígnias e/ou possuíam títulos e hábitos, assunto bastante analisado pelos trabalhos da historiadora Fernanda Olival¹².

Fernanda Olival, em seus escritos, descreve a importância da criação e construção de um sistema capaz de administrar a concessão das mercês e arquivar os processos, tendo o poder de confirmá-los e transmiti-los aos seus prováveis donos. Para tal se criou a Mesa de

¹⁰ Um dos sinônimos encontrados nas fontes de época para a região de Minas Gerais, que consistia em denominar o meio pela função que se toma, ou seja, a atividade mineradora, que acabou por se tornar representativa a toda a capitania.

¹¹ STUMPF, Roberta Giannubilo. Nobrezas na América portuguesa: notas sobre as estratégias de enobrecimento na capitania de Minas Gerais. *Almanack* [online]. 2011, n.1, pp. 119-136. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332011000100119&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01. abr. 2021.

¹² OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

Consciência e Ordens, que tinha por objetivo aconselhar o rei nessas matérias, e controlar todo o processo de entrega, confirmação e transmissão de uma determinada mercê, para que não houvesse prejuízos à Coroa. Após a Restauração e o término da União Ibérica, no século XVII, foi criado o Conselho Ultramarino, que teria por uma das suas competências gestar e julgar as solicitações de mercê, a pertinência dos pedidos de graça e as patentes militares enviadas à corte, oriundas das conquistas. Um novo órgão que aumentou a estrutura sinodal de governo, se tornando mais um, e retirando a pressão que antes existia na Mesa de Consciência e Ordens, em razão do aumento exponencial de pedidos. Mas, quando se tratava do ingresso às Ordens militares e religiosas, existia toda uma processualística própria, que incluía a averiguação da procedência familiar, bem como se o candidato possuía algum impeditivo para ostentar o hábito. Critérios estes que, a todo momento, impediam que os indivíduos das conquistas e, por conseguinte, os mineiros, obtivessem tais remunerações meritórias e de destaque social.

Como já dito, os critérios que poderiam ser os motivos pelos quais um vassalo português pudesse ser negado em suas candidaturas eram: sangue infecto (mouro, judeu, escravo), apóstata, mecanicidade e algum crime ou infâmia cometida por si ou seus parentes mais próximos, pais e avós. Os últimos motivos elencados, mecanicidade e crimes, poderiam ser ultrapassados mediante o pagamento de donativos e/ou penitências religiosas, conforme a decisão final estabelecida pelos sindicantes, conselheiros e demais membros das ordens, o que permitiu o ingresso dos homens mineiros a esta forma de nobilitação. Algo que não creditamos à figura de Gabriel Fernandes Aleixo, pois ele era um oficial mecânico, ou seja, trabalhou em um determinado momento como carpinteiro, no reino e na conquista luso-americana – obstáculo de seu ingresso na Ordem de Cristo. Seus pais e avós também eram indivíduos que trabalhavam e obtinham suas rendas por intermédio de atividades manufactureiras, tidas por comuns no período. O trabalho não tinha a mesma conotação que possui atualmente, e viver de suas próprias mãos não era uma atitude condizente a um nobre que devia controlar pessoas, bens e rendas, não consistindo em atividades consideradas mecânicas e vis. Mesmo que uma carta de tença, documento que indicava o valor monetário que expressava o ganho do hábito, fosse confeccionada à sua pessoa, a de Gabriel Aleixo, a Mesa de Consciência e Ordens devia confirmar por intermédio da habilitação e dos seus antecedentes genealógicos se o indivíduo era apto para receber a graça e a tença, o que não ocorreu¹³.

¹³ Consultando novamente os livros de registro pertinentes à Mesa de Consciência e Ordens, segundo a notação explícita pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Liv. 20 das mercês de D. João V, fl. 558, não se encontra o nome de Gabriel Fernandes Aleixo, mas sim o de André Nascimento, natural da Província da Beira, e também um processo de transmissão, datado de 1760. A solicitante, D. Maria Lourenço de Gouvêa quis receber o hábito no lugar de seu sobrinho, o Cap. Gabriel Fernandes Aleixo. A última fonte que apuramos é datada de 1757 e

A confirmação de um hábito só ocorria após findadas todas as diligências necessárias para se averiguar a procedência familiar, de mecanicidade e de sangue, pois só poderiam ingressar aqueles que cumprissem todos os critérios, ou aqueles que não incorressem de um grave crime moral no reino. Portanto, a procedência de sangue, ou seja, se este era descendente de mouros, judeus e escravos era elencado como uma “mácula” na trajetória do indivíduo, e considerada dentre os processos que descrevemos. Para os critérios de mecanicidade, o candidato poderia se defender e indicar os motivos desta falta, não costumando ser um impeditivo para alcançar a mercê, mas o caso de Gabriel Aleixo era diferente. Ele continuou, em algum momento da sua vida, a exercer atividades mecânicas e que não condiziam ao status nobilitante, somente após sua ida para a capitania de Minas Gerais é que Fernandes Aleixo passou a viver de suas fazendas e de um ofício no governo local.

Através das documentações mapeadas, tiramos a seguinte conclusão: o próprio Gabriel Fernandes Aleixo, durante as décadas seguintes ao processo de habilitação, não ostentou o hábito e/ou se denominou nas fontes como professo na Ordem. Não elencar sua importância e a quantidade de posições alcançadas numa estrutura de Antigo Regime não é condizente ao próprio sistema. Ou seja, nesta sociedade, em que os ritos e os símbolos são extremamente importantes, demonstrar suas insígnias e ofícios no governo, bem como suas nomeações, era essencial para demarcar o seu lugar na estrutura, e o que dela poderia se beneficiar. Portanto, a título de entendimento, se Gabriel Aleixo tivesse ostentado o seu hábito, na década de 30 do século XVIII, provavelmente ele teria tido mais chances para obter o direito de se lançar no processo de arrematação do contrato de dízimo em Minas Gerais, o que não aconteceu, sendo negado pelo Conselho Ultramarino. Nesta fonte, ele se denomina como sargento-mor e escrivão na Provedoria dos Ausentes, Órfãos e Resíduos¹⁴.

Quanto a sua esposa, D. Helena de Moraes Godinho, nascida em Lisboa, na Freguesia do Alecrim, ela partiu com seu cônjuge para a nova empreitada de migrarem para a porção americana do império¹⁵. Informação esta que está presente no processo de inquirição do hábito

Fernandes Aleixo já era, naquele período, possuidor da patente de sargento mor, o que nos fez questionar se estão descrevendo o processo da mesma pessoa. Cf. ALEIXO, Gabriel Fernandes. ANTT. **Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V**, liv. 20, f. 558. 1729; 1760.

¹⁴ Cf. ALEIXO, Gabriel Fernandes. AHU. **Avulsos de Minas Gerais**. 1732. Cx. 21, Doc. 47.

¹⁵ Na sociedade portuguesa, como na espanhola, tanto o pai como a mãe têm posição igual na transmissão biológica e social na formação de uma família. Por serem partes de um todo, ambos, quando membros da nobreza, eram partes de um contrato de bens que envolviam questões financeiras e políticas. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos”. IN: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Coord.). **História da Vida Privada em Portugal**: a idade moderna. Lisboa: Temas e Debates, 2011, p. 130-159.

da Ordem de Cristo, de seu filho Cristóvão Pinto Maciel¹⁶. Outra questão vinculada a D. Helena Godinho, é o fato de que ela não era natural de Minas Gerais e, sim, do reino. Isto, citando a obra do Cônego R. Trindade¹⁷ que, ao mencionar o fato em suas páginas, acaba por indicar sua naturalidade e a região na qual a família se estabeleceu nas Minas, especificamente na freguesia de Antônio Dias de Vila Rica. O que gerou, por algum momento, uma confusão em nossas análises, que creditavam a posição de Gabriel Aleixo na localidade do seu casamento com D. Helena de Moraes, e que esta já seria filha de alguma família proeminente, em Vila Rica do Ouro Preto. Tais inconsistências nos dados podem ocorrer em algumas lacunas, mas só conseguiríamos descobrir tal problema a partir do cruzamento documental, ou em um amplo fundo documental. Tanto a metodologia de cruzamento documental como a onomástica conseguem precaver o pesquisador de erros que poderiam impactar no produto de seu trabalho. Portanto, fundamentais em todos os trabalhos de trajetória.

Caso único no processo de formação das vilas coloniais mineiras, Vila Rica formou-se pela justaposição de vários núcleos de povoamento polarizados em torno de duas matrizes paroquiais: Ouro Preto e Antônio Dias. Ambos os arraiais foram fundados por bandeirantes paulistas, mas, após a Guerra dos Emboabas e a derrota dos paulistas, os emboabas se localizaram, preferencialmente, no núcleo de N. S^a do Pilar do Ouro Preto, **deixando aos paulistas o núcleo do Antônio Dias**¹⁸. (Grifo nosso).

A partícula acima descreve o processo demográfico e urbano que acometeu a Vila de Nossa Senhora do Ouro Preto e sua subdivisão em dois grupos ou facções: emboabas e paulistas, bem como do modo em que estes primeiros moradores conformaram o espaço e demonstraram relações de poder nos mínimos detalhes. Mas, o fato que nos chama mais atenção, em negrito, é no dito núcleo de Antônio Dias, relatando que tal Vila era ocupada precisamente pelos paulistas. E se formos levar em consideração as informações prestadas pela habilitação de Gabriel Aleixo, nos confirma ainda mais este traço e o percurso que ele teve ao chegar na conquista americana, exatamente o local de moradia nos é extremamente revelador. No processo de inquirição (confirmação) do Hábito de Cristo é relatado:

Na forma da provisão junta, perguntamos a pessoas que bem conhecem o justificante Gabriel Fernandes Aleixo nas Minas do Ouro Preto para averiguação da certidão.

¹⁶ Cf. MACIEL, Cristóvão Pinto. ANNT. **Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas**, doc. 1162. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2345187>. Acesso em: 24. abr. 2020

¹⁷ Cônego R. Trindade. **Genealogias da Zona do Carmo**. Ponte Nova: Estabelecimento Gráfico "Gutenberg". Irmãos Penna & C., 1943. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/trindade/>. Acesso em: 21. abr. 2020.

¹⁸ CAMPOS, Katia Maria Nunes. "Antônio Dias de Vila Rica: aspectos demográficos de uma paróquia colonial (1763-1773)". In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2008, Caxambu. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campinas, SP: ABEP, 2008. v. 1, p. 5.

Antes de vir para as Minas, morou na capitania de São Paulo. Sendo um dos primeiros moradores da cidade de São Paulo e na Vila de Santos da mesma capitania¹⁹.

Ao cruzarmos as fontes com uma referência biográfica, nos promove entender as ações dos indivíduos em seus interesses e associações, ou seja, os laços e redes de afinidades nos quais Gabriel Aleixo se atrelou em vida. Entretanto, há de avaliar que o sargento-mor das Ordenanças deveria se aliar ao grupo dos Emboabas, visto sua naturalidade reinol. Mais adiante, no mesmo trecho da inquirição, diz: “Sendo um dos primeiros moradores da cidade de São Paulo e na Vila de Santos da mesma capitania”²⁰, o que indica a antiguidade deste indivíduo no território da Conquista. E por sua antiguidade nestas paragens, tinha se afinado politicamente aos paulistas, que foram os primeiros conquistadores dos matos desbravados que geraram a capitania. Estas são as primeiras facções políticas que, mais tarde, deram sentido à construção de uma identidade mineira durante toda a primeira metade do século XVIII. Mas estes fatos não respondem ao enlace com D. Helena Godinho e nem o ponto de sua vida ao alçar tal compromisso. O que temos por informação é a data de nascimento de uma de suas filhas, D. Margarida de Jesus Maria, em 3 de setembro de 1730²¹. Seu pai, Gabriel Aleixo, neste período, já residia nas Minas.

Estamos fazendo aqui um trabalho de comparação e aproximação dos eventos na trajetória deste indivíduo, a fim de mapear suas relações e ações em vida, que poderiam, de alguma forma, interferir na vida de seus descendentes, pois a maioria dos relatos descritos nas fontes, tem por baliza temporal entre aproximadamente os anos de 1725 a 1757. Neste período, a informação mais detalhada de sua circulação é a habilitação do hábito e a tentativa de tentar arrematar o contrato de dízimos²².

O conceito de família

O casamento e a família são intrinsecamente interligados, pois a instituição do casamento promove e sacramenta simbolicamente a célula da família. Uma família, no período colonial, para “figurar” entre o grupo dos “principais” e “homens bons”, deveria ter uma série de

¹⁹ ALEIXO, Gabriel Fernandes. ANNT. **Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo**, Letra G, mç. 4, doc. 6.

²⁰ *Idem*.

²¹ Primeiras Famílias Lusitanas em Minas Gerais. In: **Geneal**. Disponível em: <https://geneall.net/pt/forum/66099/primeiras-familias-lusitanas-em-minas-gerais/#a66099>. Acesso em: 21 abr. 2020.

²² ALEIXO, Gabriel Fernandes. ANNT. **Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo**, Letra G, mç. 4, doc. 6; ALEIXO, G. F. AHU. Avulsos de Minas Gerais. 1757. Cx. 71, D. 78.

características que as compunham. Por exemplo, a posse e a propriedade de cativos. Um aspecto que não é contabilizado em nosso trabalho, pois nossos objetivos eram outros, mas não se pode negar a importância que tal instituição possuía no Antigo Regime. “A migração de casais com todos ou pelos menos alguns dos filhos aparenta ser bem mais comum do que se tem considerado, e não se restringia a pretos/pardos e livres/forros.”²³. O casal que demonstramos é reinol, de origem humilde, mecânica, mas é na opção da migração da capitania de São Paulo a Minas que a trajetória de suas vidas se modifica, vivendo de suas fazendas e dos ganhos do casal, ascenderam e passaram a ocupar os ofícios intermediários de sua nova morada, Vila Rica. O que demonstra, segundo a fala desta historiadora, Sheila Faria é que as estratégias de uma família, não necessariamente, perpassam por questões pecuniárias e financeiras. A cor de sua pele, o acesso a escolaridade e outras constantes, como o acesso ao rito do matrimônio, os esposais e a conclusão de todo o processo, demonstram que a família pesquisada e os casais que compõem os ramos de nossa pesquisa são pertencentes as elites de um determinado local²⁴.

Gabriel Aleixo foi escrivão nas Câmaras de Vila Rica e Mariana, na década de 30 do século XVIII. O posto também fora ocupado por seus netos, sugerindo que a posse do ofício foi adquirida por intermédio dos recursos financeiros, em conjunto, do casal²⁵. Esta discussão, ante a posse, a transmissão e a propriedade destas funções serão objeto de outros trabalhos, sendo que, por ora, devemos enfatizar o quanto a análise da origem familiar se organizou em torno de uma política de casamentos que se cumprirá durante as décadas de 30 e 50 do século XVIII. Gabriel Aleixo e D. Helena Godinho, estão se fixando e se enraizando na Capitania mineira. A respeito da posição de Escrivão das Câmaras de Vila Rica e Mariana, podemos dizer o seguinte: a partir do processo de justificação dos herdeiros de um dos seus netos descobrimos que a família perdera a posse deste ofício em algum determinado momento da trajetória familiar, individual ou nos trâmites que decorreram dos processos de transmissão da propriedade por intermédio do dote ou da herança de seu titular, Gabriel Aleixo – porque após a transmissão, exigia-se a confirmação por parte da Coroa, o que não ocorreu²⁶. Conjecturamos que o ofício, retornou às mãos do governo e o entregou, sob a forma de mercê, a outro segmento das elites

²³ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p. 206.

²⁴ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p. 206-2018.

²⁵ GODINHO, João Baptista Vieira. ANTT. **Conselho da Fazenda, Justificações do Reino**, 1804. Letra J, mç. 06, n° 18; GODINHO, Francisco de Sousa Guerra Araújo. ANTT. **Conselho da Fazenda, Justificações do Reino**, 1807. Letra F, mç. 19, n° 26.

²⁶ *Idem*.

de Vila Rica e Mariana²⁷. No entanto, isto não significa que os herdeiros de Gabriel Aleixo e José Joaquim Vieira Godinho, seu neto, não tenham recebido a sua contrapartida por seus serviços continuados pelo Império – ainda que o contexto seja distinto em finais do séc. XVIII.

“Reafirma-se, dessa forma, o fato de que as terceiras gerações de portugueses, ligados exclusivamente a atividades agrárias, dificilmente conseguiram manter-se enquanto grupo abastado”²⁸. Outro aspecto que se torna impecado ao grupo familiar que analisamos, pois é notável que ápice de poder e *status* dos Godinhos, repousa na terceira geração. Há a supressão do sobrenome do avô paterno nos registros destes indivíduos, como é demonstrado pelo organograma nas primeiras páginas deste artigo. Somente nos aproximamos de tal constatação quando os indivíduos mais velhos desta geração, dois magistrados e um militar, morrem e a esfera de influência da família se tornou circunscrito a capitania mineira. Porém, se deslocarmos o nosso prisma de observação e unir a ação do contexto sobre os indivíduos, percebe-se uma grande modificação em todas as esferas de poder e das escalas sociais, pois, a Corte, agora, reside no Rio de Janeiro²⁹.

O caso de Gabriel Aleixo e D. Helena de Moraes Godinho, ao mesmo tempo, corrobora e compartilha das mesmas premissas que Sheila Faria descreve e analisa, com algumas ressalvas³⁰. Demonstra-se que há diferenças nos comportamentos da Família Aleixo Godinho e nas suas estratégias familiares, uma delas, repousa na diversificação das atividades efetuadas e no envio dos filhos para o reino.

Maria L. Andrezza é enfática ao indicar o papel das instituições que geraram os relatos documentais que mais nos utilizamos, a intencionalidade no discurso católico (espiritual) e no secular (oficial/governo)³¹. A historiadora contribui ao indicar que estas fontes nos permitem uma maior reconstrução do cotidiano, demonstrando uma maior participação da mulher no controle familiar em regiões em que era recorrente a falta de uma figura masculina – em razão,

²⁷ Pelas fontes levantadas, em fins do século XVIII, o ofício de escrivão era uma posição de muita importância no rol das funções desempenhadas, em nível local e segundo a apuração do próprio, o Conselho Ultramarino, era um ofício que valia mais de um conto de réis (1:000,000)

²⁸ FARIA, Sheila de Castro. *Op. cit.*, p. 208.

²⁹ Caso estendêssemos o mapeamento genealógico a uma quarta geração, o que era possível, iria descaracterizar o nosso trabalho e os dados, em razão do longo período de transição que se abateu no Império português e o mundo, com o advento do século XIX. Nossa temporalidade, não ultrapassou os anos de 1813, e apenas, fazemos alguns breves momentos de comparação, entre, as gerações e a sua remissão a determinados fatos.

³⁰ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p. 206-218.

³¹ ANDREAZZA, Maria Luiza. “Olhares para a Ordem Social na Freguesia de Santo Antônio da Lapa 1763-1798”. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: ABEP, 2002, p. 1-21.

fundamentalmente, dos constantes processos de manejo com o gado e no mercado de muares³². Neste período, idos da segunda metade do século XVIII, a nossa pesquisa já se encontra em uma outra fase, com a terceira geração em um processo de formação e envio para o reino, já em pleno período de ascensão. As atividades que são pertinentes ao manejo do gado e das terras familiares são mais perspectiveis nas trajetórias que se iniciam pelo século XIX em diante, e demonstram um período de transição econômica: entre o ouro e a agricultura.

Enquanto Cacilda Machado enfatiza que é nas análises intergrupais que repousam um melhor olhar sobre a família e as relações hierárquicas, é nos processos de casamento e concubinato que se pode apreender uma melhor compreensão sobre o período colonial.

Para o maior conhecimento dos mecanismos que permitiram, entre nós, conforme a visão arguta de Freyre, a simultaneidade da miscigenação e do racismo, da familiaridade e da hierarquia, é preciso incrementar as pesquisas sobre relações intergrupais³³.

O que não deixa de ser pertinente às relações de casamento e concubinato, mas, levando em consideração as suas falas, não é um dos aspectos que trabalhamos para o objeto que estamos demonstrando, o casal composto por Gabriel Aleixo e D. Helena Godinho. Talvez a questão dos apadrinhamentos possa ser mais perceptível, mas é outro aspecto que optamos por separar para ser analisado em outros trabalhos.

Ana Silva Scott indica que, cada vez mais, existe um interesse em se pesquisar o conceito de família e seus desdobramentos, e que no campo da História a temática vem sendo analisada desde os anos 80 do século passado. Um dos maiores desafios que envolvem a área é a instituição da escravidão, responsável por modificar boa parte das relações sociais no âmbito brasileiro e luso-americano, como é caso que estamos a apresentar. O recorte biológico do tempo, não é mais uma classificação possível, pois os tempos históricos se modificaram de uma forma que dificulta a percepção dos tempos da família e os momentos de transição que ela passou. Para os períodos contemporâneos, a expectativa de vida aumentou e é o que a historiadora salienta ao comparar as médias de idade da população brasileira, no presente e no

³² Das fontes ou tipologias documentais que a pesquisadora se utiliza, apenas, não contamos com a participação das Listas Nominativas, pois, a primeira lista mineira é produzida, apenas, em 1831. A metodologia onomástica e de redes, nos permitiu uma maior abrangência na coleta dos dados e na diversidade dos documentos utilizados, aumentando o rol de informações levantadas

³³ MACHADO, Cacilda. “Casamento & Desigualdade Jurídica. Primeiras notas de um estudo em uma área da região paulista no período colonial”. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**. 2002 (Encontro), p. 1.

Antigo Regime, com o avançar do tempo e as tecnologias que se criaram no campo da saúde e bem-estar social³⁴.

No Antigo Regime, a expectativa de vida não ultrapassava os trinta (30) anos³⁵. O que nossa pesquisa demonstra é que o recorte biológico de vida é relativo, pois, como salientamos no organograma que apresentamos no início do trabalho, há indivíduos no grupo familiar que chegam aos seus setenta anos e, no caso de Gabriel Aleixo, percebemos que suas atividades se concentraram na região mineira e se constituíram por mais de trinta anos, ultrapassando os recortes temporais que a autora indica. Sua pertinência para o nosso trabalho é indicar que o conceito de família é fundamental e universal, pois sua história se imiscua a todos os tipos de instituições; e que os historiadores devem se posicionar de uma forma crítica quanto ao seu uso indiscriminado.

A família, por ser algo relacionado ao biológico e ao social ao mesmo tempo, torna o conceito algo polissêmico, o que faz com que o mesmo possa ser abordado de inúmeras formas diferentes e possíveis. Além disto, a historiografia que trabalha com a temática é bastante consolidada, o que torna difícil a sua instrumentalização, pois um pesquisador, em um primeiro contato com os trabalhos de família, pode não saber a qual ramo teórico possa afiliar-se. Contudo, ao nos depararmos com as suas análises, nos afiliamos a algumas das propostas elencadas pelos historiadores citados de que: a Família não é algo homogêneo e deve ser compreendida conforme o seu segmento social, e que é o produto das relações físicas, jurídicas e fiscais que nos demonstram a pertinência dos vínculos humanos.

Compreender a família na longa duração tem por alternativa as possibilidades de traçar o seu perfil e trajetória. Em nosso caso, a origem do primeiro casal que se afixou nas Minas Gerais, no sec. XVII e de suas ações e estratégias. Gabriel Aleixo e D. Maria Godinho casaram suas duas filhas, ambas com um Capitão e cirurgião, e um Advogado, homens reinóis e que conseguiram figurar pelas elites de Vila Rica e Mariana, possibilitando o envio de seus filhos e filhas ao reino. Para Tarcísio Botelho, os processos de transmissão de bens é um dos aspectos centrais para se apreender as estratégias que as famílias mineiras se utilizaram com o intuito de sobreviverem às condições do período moderno³⁶. Os principais momentos em que se pode

³⁴ SCOTT, A. S.. “História da infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer?”. In: Cardozo, José Carlos S.; Silva, Jonathan F.; Cesar, Tiago S.; Moreira, Paulo Roberto S.; Scott, Ana Silvia V.. (Org.). **História das Crianças no Brasil Meridional**. 2ed. São Leopoldo (RS): Oikos/ Editora Unisinos, 2020, v. 1, p. 14-34.

³⁵ SCOTT, A. S.. *Idem*.

³⁶ BOTELHO, Tarcísio R.. Terra e família: transmissão da propriedade rural nas famílias de Curral Del Rei, Minas Gerais, no século XIX. In: **30 Simpósio Nacional de História**, 2019, Recife. 30 Simpósio Nacional de História: Anais eletrônicos. Recife: ANPUH, 2019. v. 1, p. 1-17.

apreender tais constantes para a família são: no nascimento, no casamento e na morte. Nestes momentos é que se percebe as ações e decisões que se levam em prol de manterem o patrimônio familiar e o expandir – quando fosse benéfico a todos do grupo. No dado momento em que descrevemos este trabalho, não era o nosso objetivo analisar a pertinência do conceito de família para o casal que estamos apresentando, pois naquele momento entendíamos que os fenômenos descritos pelo historiador eram mais perceptivos para a 3ª geração. Em uma perspectiva da longa duração, conseguimos consolidar as nossas hipóteses e hierarquizar, em quais indivíduos “repousou” a “liderança” da Família e as escalas de suas atuações, seja no âmbito local, intermediário ou central. O papel de Gabriel Aleixo e D. Maria de Moraes Godinho se circunscreveu a delimitarmos a origem da família e o início da constante busca por nobilitação nas mais variadas instituições.

Os signos da originalidade mineira são relativos, porque a historiografia mineira utilizou-se apenas do modelo estamental para olhar aquela sociedade, porém “ainda há quem defenda a diferenciação social nas Minas ao ser estabelecida fundamentalmente por critérios locais”³⁷. Olhar por tais princípios e por prismas generalizantes, que excluía a escravatura de suas perspectivas promoveu uma série de análises históricas que não fossem concernentes ao Antigo Regime. A grande mobilidade que ocorreu nas Minas, e que são um dos aspectos mais pertinentes em nosso trabalho, constitui os resultados que decorrem do processo de enobrecimento e de acúmulo do status social angariado pelas gerações posteriores ao casal Aleixo e Godinho, e que serão perceptíveis na segunda metade do setecentos. É uma das características próprias e intrínsecas ao caso português e do processo de enobrecimento e alargamento da pirâmide social, como nos é descrito na tese de Roberta Stumpf³⁸. O que é taxado como uma excepcionalidade é, na realidade, uma norma ao sistema social que ilustra, ao mesmo tempo, o Antigo Regime português, o escravismo e os processos de distinção social. O período do ouro e do grande movimento de imigração e migração propiciou um grande acúmulo documental, estimulando as teses de originalidade para o caso mineiro, junto ao processo de desmembramento da Capitania mineira das de São Paulo e Rio de Janeiro como resultado de uma estratégia da Coroa, em busca de uma melhor capitação do minério³⁹.

³⁷ STUMPF, Roberta Giannubilo. **Os Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes nas Minas setecentistas**. Tese. 345p. (Doutorado em História). Brasília: UNB, 2009, p. 67.

³⁸ *Ibidem*, p. 67-126.

³⁹ FIGUEIREDO, Luciano R. A.. “Vila Rica de motins: a revolta de 1720 e a construção da política no espaço urbano”. In: PIRES, Maria do Carmo; ANDRADE, Francisco Eduardo; BOHRER, Alex Fernandes. (Orgs). **Poderes e Lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro - séculos XVIII-XX**. 1ªed. Belo Horizonte: Grupo Editorial Scortecci, 2013, p. 63-78.

No nosso caso, a família Aleixo Godinho estava consolidada e possuía cabedais para agir. Receberam uma sesmaria e as filhas estavam casadas com dois membros distintos da sociedade local, o que possibilitou um acúmulo maior de recursos financeiros para o investimento pessoal nas próximas gerações. A grande diferença é que através do acesso aos ofícios intermediários (escrivão) e nas ordenanças, as ações dos Aleixo Godinho, Vieira e Guerra Leal se caracterizou por enviar os seus filhos para fora das divisas da Capitania e da parcela luso-americana – enviando os primogênitos e secundogênitos em direção ao reino e até para a Ásia. E se formos comparar o nosso trabalho com os de Fabiano Silva⁴⁰, percebe-se que existe similitudes em nossas análises, o que corrobora com os objetivos que tecemos no período do doutorado que resulta das análises ante este grupo genealógico que visam contribuir e corroborar as suas considerações finais. A diferença em nossos casos se baseia nos momentos vivenciados pelas famílias descritas, pois as estratégias são similares, mas os meios para se obter e desempenhar as suas ações são distintos. Por termos o interesse em olhar a família a partir dos seus magistrados e da 3ª geração, conhecemos as proposições de um outro historiador, Gusthavo Lemos, e o conceito de *lógica familística*.

Devido à história da capitania mineira não ser tão longa como a do Rio de Janeiro e até a de São Paulo, o historiador Gusthavo Lemos⁴¹ percebeu que, para o caso mineiro, ao analisar uma série de famílias, estas atingiram seu ápice na terceira geração. Ou seja, com apenas três gerações pode-se perceber que um determinado grupo de indivíduos com laços sanguíneos atingiu o auge de sua acumulação social, de terras, monetárias e na constituição de laços matrimoniais e clientelares, movimentando os valores pertinentes dos dotes na obtenção e compras de propriedades secundárias.

Em suma, o conceito da *lógica familística* se exprime da seguinte maneira: um conjunto de ações ou estratégias efetuadas pela família, grupo coletivo e organismo primário da vida econômica e social, com a finalidade de promover sua subsistência e manutenção. Perceber as nuances deste conceito e seus resultados demandam uma análise geracional e um olhar macro da família. Isto nos possibilitou compreender as ações dos Aleixo, Guerra e Vieira e o poder que angariaram na região. O conceito nasceu da necessidade de se compreender os processos e interações efetuados pelo homem na manipulação do espaço natural, bem como no esforço de manipular a terra, e, por conseguinte, o meio rural. Na interação homem e espaço, o meio

⁴⁰ SILVA, Fabiano Gomes. **Viver honradamente do trabalho no Brasil colonial**: mercado de trabalho e trabalhadores livres em Mariana (1709-1750). Tese (Doutorado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2017, p. 298-312.

⁴¹ LEMOS, Gusthavo. **Minas da Terra**: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, Minas Gerais, 1800-1856. São Paulo: ANNABLUME, 2014.

propriamente dito que nasce, “(...) a família se cristaliza como principal agente da vida social e econômica, então, a dinâmica de sua reprodução importa diretamente para a reprodução da própria economia agrícola (...)”⁴².

A família é o primeiro e maior veículo de transformação do espaço e do que o cerca, nas palavras de Gusthavo Lemos. Ao nos depararmos com seu trabalho, conseguimos compreender que a sede do ouro abriu as clareiras e matos densos das Gerais, mas a terra e a agricultura familiar é que possibilitaram que a empreitada do ouro continuasse e perdurasse em um movimento simbiótico – até que uma atividade suplantasse a outra e o metal dourado se tornasse coadjuvante nos balancetes econômicos que refletiam a situação da capitania. Portanto, a diversificação dos gêneros econômicos era frequentemente praticada pelas famílias mineiras que se instalaram.

Nosso papel é compreender principalmente o processo de acumulação do *status* geracional, ou seja, o processo de ascensão em busca de benesses, e uma nobilitação que os possibilitassem o ingresso na nobreza. Não tanto a respeito do que Gusthavo Lemos conclui, que é a construção de um mercado de terras regionais, que giravam em torno da obtenção de propriedades secundárias entregues a um novo casal sob a forma de um dote. Isso porque o poder angariado pela Família Aleixo Godinho, Guerra Leal e Vieira se deu através dos processos de envio (imigração) de seus filhos para fora da capitania e da conquista, ingressando-os nas fileiras da justiça (magistrados) e guerra (militares). Não somente nos papéis de justiça, pois os militares, na terceira geração, também se valeram deste processo de ascensão geracional, sendo remetidos para o reino ou diretamente para a Índia. Conforme se desenvolveram suas trajetórias, prosperaram e retornaram para a conquista luso-americana. Exemplo disto é João Baptista Vieira Godinho, com as patentes que obteve e com as funções de destaque em qualquer nível da sociedade ultramarina⁴³.

Considerações finais

O casal Aleixo e Godinho, demonstram a origem da família, seus filhos e netos, se ligam aos processos de fixação e permanência na Capitania mineira se imiscuindo a sua história e as

⁴² *Ibidem*, p. 19.

⁴³ Nos anos posteriores ao seu retorno à conquista do Brasil, o militar, primo de João Luciano Godinho, em poucos anos assumiu as patentes de brigadeiro e marechal de campo, e, nos anos em que viveu na Índia, provavelmente recebeu de seus primos que se voluntariou como militar para a praça de Goa. O mesmo, este primo é um dos irmãos de João Luciano, que retornou para a capitania de Minas Gerais. GODINHO, Manuel da Guerra Sousa e Castro. AHU. **Avulsos da Índia**. 1797. Cx. 394; GODINHO, Manuel de Sousa e Castro. AHU. **Avulsos de Minas Gerais**. Ant. 1798. Cx. 116, Doc. 14.

realidades cotidianas. Conforme o nosso trabalho se desdobrou, este casal demonstrou a importância que os estudos de família possui para o Antigo Regime, e suas ações demonstram que viabilizaram uma família articulada, ingressando nas principais estruturas de poder do período, e estreitaram suas relações e vínculos com o poder político, administrativo, jurídico e eclesiástico. Remetendo, além disso, seus netos e outras gerações para viverem e se formarem pelo reino e em outras partes do Império.

Conjecturamos que sem o primeiro casal que se fixou na Minas Gerais no início do século, provavelmente os resultados seriam outros, e os espaços ocupados, igualmente, seriam completamente diferentes. Portanto, a vinda de Gabriel Fernandes Aleixo e D. Helena Godinho, são os catalisadores que permitiram a construção de toda esta trama familiar e a escolha de seus genros impactaram no futuro da família e na predileção pelos serviços na magistratura e no ramo militar. A família, ainda muito pouco estudada, e seus desdobramentos, ainda estão sendo mensurados, mas somente pelas páginas que se seguiram tentamos demonstrar as múltiplas possibilidades que estão abertas e alguns dos trabalhos vindouros, pelas quais, pretendemos apresentar.

Referências bibliográficas

Fontes

AHU (Projeto Resgate Barão do Rio Branco):

ALEIXO, Gabriel Fernandes. AHU. **Avulsos de Minas Gerais**. Ant. 1733. Cx. 24, Doc. 18.

ALEIXO, Gabriel Fernandes. AHU. **Avulsos de Minas Gerais**. 1732. Cx. 21, Doc. 47.

ALEIXO, Gabriel Fernandes. AHU. **Avulsos de Minas Gerais**. 1757. Cx. 71, D. 78.

GODINHO, Manuel de Sousa e Castro. AHU. **Avulsos de Minas Gerais**. Ant. 1798. Cx. 146, Doc. 14.

GODINHO, Manuel da Guerra Sousa e Castro. AHU. **Avulsos da Índia**. 1790. Cx. 388 a 389.

GODINHO, Manuel da Guerra Sousa e Castro. AHU. **Avulsos da Índia**. 1797. Cx. 394.

ANTT (Arquivo Nacional Torre do Tombo)

ALEIXO, Gabriel Fernandes. ANNT. **Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo**, Letra G, mç. 4, doc. 6.

ALEIXO, Gabriel Fernandes. ANTT. **Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V**, liv. 19, f.128. 1733.

ALEIXO, Gabriel Fernandes. ANTT. **Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V**, liv. 20, f. 558. 1729; 1760.

GODINHO, Francisco de Sousa Guerra Araújo. ANTT. **Conselho da Fazenda, Justificações do Reino**, 1807. Letra F, mç. 19, n° 26.

GODINHO, João Baptista Vieira. ANTT. **Conselho da Fazenda, Justificações do Reino**, 1804. Letra J, mç. 06, n° 18;

MACIEL, Cristóvão Pinto. ANNT. **Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas**, doc. 1162. Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=2345187>. Acesso em: 24. abr. 2020.

Fontes impressas

BLUTEAU, Raphael, 1638-1734. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** (Volume 4: F-J). Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, p. 28.

BLUTEAU, Raphael, 1638-1734. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** (Volume 6: O-P). Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, p. 786-787.

Cônego R. Trindade. **Genealogias da Zona do Carmo**. Ponte Nova: Estabelecimento Gráfico "Gutenberg". Irmãos Penna & C., 1943. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/trindade/>. Acesso em: 21. abr. 2020.

Primeiras Famílias Lusitanas em Minas Gerais. In: **Geneal**. Disponível em: <https://geneal.net/pt/forum/66099/primeiras-familias-lusitanas-em-minas-gerais/#a66099>. Acesso em: 21 abr. 2020.

Teses, artigos e livros

ANDREAZZA, Maria Luiza. “Olhares para a Ordem Social na Freguesia de Santo Antônio da Lapa 1763-1798”. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: ABEP, 2002, p. 1-21.

BOTELHO, Tarcísio R.. Terra e família: transmissão da propriedade rural nas famílias de Cural Del Rei, Minas Gerais, no século XIX. In: 30 Simpósio Nacional de História, 2019, Recife. **30º Simpósio Nacional de História: Anais eletrônicos**. Recife: ANPUH, 2019. v. 1. p. 1-17.

CAMPOS, Katia Maria Nunes. “Antônio Dias de Vila Rica: aspectos demográficos de uma paróquia colonial (1763-1773)”. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2008, Caxambu. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campinas, SP: ABEP, 2008. v. 1, p. 5.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p.206-208.

GINZBURG, Carlo. **A Micro-História e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1991, p. 169-178.

GREENE, Jack P. “Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus na Época moderna na América”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Fátima. (orgs.) **Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 95 – 114.

HESPANHA, António Manuel. “Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Fátima. (orgs.) **Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI- XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 43-93.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio de Grande**. Tese. 474p. (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2006, p.

LIMA, Henrique E. “Micro-História”. In: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro (orgs.). **Novos domínios da História**. 1ªed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.

LEMOS, Gusthavo. **Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, Minas Gerais, 1800-1856**. São Paulo: ANNABLUME, 2014.

LEVI, Giovanni. “Prefácio”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho (orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.11.

MACHADO, Cacilda. **A Trama das Vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social**. (São José dos Pinhais - PR, passagem do XVIII para o XIX). Tese. 379p. (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p.1-22.

MACHADO, Cacilda. “Casamento & Desigualdade Jurídica. Primeiras notas de um estudo em uma área da região paulista no período colonial”. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**. 2002 (Encontro), p. 1-22.

MOTA, Filomena Ferreira Teodósio. **João Baptista Vieira Godinho (1742-1811): governador e militar**. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Coord.). **História da Vida Privada em Portugal: a idade moderna**. Lisboa: Temas e Debates, 2011, p. 130-159.

OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar, 2001.

SILVA, Antônio de Moraes, 1755-1824; BLUTEAU, Rafael, 1638-1734. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antônio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. (Volume 1: A-K). Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p 597.

SILVA, Antônio de Moraes, 1755-1824; BLUTEAU, Rafael, 1638-1734. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antônio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. (Volume 2:L-Z). Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, Fabiano Gomes. **Viver honradamente do trabalho no Brasil colonial**: mercado de trabalho e trabalhadores livres em Mariana (1709-1750). Tese (Doutorado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2017.

SCOTT, A. S.. “História da infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer?”. In: Cardozo, José Carlos S.; Silva, Jonathan F.; Cesar, Tiago S.; Moreira, Paulo Roberto S.; Scott, Ana Silvia V.. (Org.). **História das Crianças no Brasil Meridional**. 2ed. São Leopoldo (RS): Oikos/ Editora Unisinos, 2020, v. 1, p. 14-34.

STUMPF, Roberta Giannubilo. **Os Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes nas Minas setecentistas**. Tese de Doutorado. 345p. (Doutorado em História). Brasília: UNB, 2009.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.